



DE OLHO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Como andam as compras da agricultura familiar no semiárido durante a pandemia?

O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e a Articulação do Semiárido (ASA) realizaram um levantamento junto a 168 grupos produtivos de agricultores familiares e pescadores artesanais fornecedores de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estão presentes em 108 municípios da região Nordeste e/ou no Semiárido brasileiro.

A escolha pelo Nordeste, região que tem 72% de sua área caracterizada como semiárida, não foi em vão. A região, historicamente, concentra um grande número de pessoas em situação de pobreza e miséria do país. A pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2018, aponta que o Nordeste concentra 44% das pessoas em situação de pobreza do Brasil, o equivalente a 24,5 milhões de pessoas. No Brasil todo, foram contabilizadas 54,8 milhões de pessoas em situação de pobreza no país, o que representa cerca de um quarto da população do Brasil (26,5%). De mãos dadas com a pobreza e a miséria, vemos a fome. Outra pesquisa também do IBGE, a de Orçamentos Familiares (POF), divulgada em setembro passado, afirma que, em 2018, dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave no Brasil, 1,3 milhão estava no Nordeste. Ou seja: a região concentra quase 42% das pessoas em situação de fome de todo o país.

O olhar sobre o PNAE também foi uma escolha estratégica neste ano de pandemia, uma vez que o programa é hoje a mais relevante política pública para a garantia do Direito Humano à Alimentação e a Nutrição Adequadas (DHANA). O PNAE é responsável pela oferta de alimentação escolar a todos os estudantes da educação básica pública, atendendo cerca de 41 milhões de estudantes, com repasses

financeiros aos 27 estados e 5.570 municípios, da ordem de R\$ 4 bilhões anuais. Para muitos destes estudantes, é na escola que se faz a única ou principal refeição do dia. Por lei, as prefeituras e estados têm a obrigação de adquirir no mínimo, 30% dos recursos previstos para a alimentação escolar na compra alimentos da agricultura familiar, o que representa R\$ 1,2 bilhão/ano, utilizados na compra de alimentos frescos e minimamente processados, favorecendo tanto a saúde dos estudantes, quanto os circuitos curtos e locais de abastecimento.

Com a pandemia, foi aprovada a lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de kits/cestas de alimentos com os recursos do PNAE, porém o que observamos é que esta distribuição tem acontecido de forma muito incipiente em todo país, sendo que em muitos casos foi interrompida a compra da agricultura familiar. Por essa razão realizamos o estudo, com o objetivo de ouvir os grupos produtivos que fornecem ao PNAE sobre como está acontecendo (ou não) a aquisição de alimento neste contexto.

A pesquisa foi feita a partir de um questionário de 16 perguntas, distribuídas em 2 eixos: i) perfil do grupo produtivo, ii) mudanças no fornecimento ao PNAE durante a pandemia. O questionário foi aplicado durante os meses de agosto e setembro de 2020, disponibilizado através da plataforma SurveyMonkey, e a sua distribuição feita pelas coordenações estaduais da ASA, junto aos grupos produtivos da agricultura familiar com os quais estabelece relações de parceria.

PERFIL DOS GRUPOS PRODUTIVOS

Para fins da pesquisa os grupos produtivos foram caracterizados como:

COOPERATIVAS FORMAIS: grupos formalmente/legalmente constituídos tais como associações e cooperativas (pessoa jurídica).

GRUPOS INFORMAIS: coletivos, redes e outras formas de organização informal, que trabalham de forma colaborativa na produção e distribuição de alimentos

GRUPOS DE AGRICULTORES INDIVIDUAIS: conjunto de agricultores individuais que fornecem para o PNAE em um mesmo município, mas que não se reconhecem como um grupo informal.

Aproximadamente metade (53%) dos grupos produtivos que responderam à pesquisa fazem parte de grupos produtivos formalmente constituídos enquanto cooperativas, o que revela que também é grande o grupo de agricultores fornecedores do PNAE que se organizam em grupos ainda não formais e também em grupos de menor porte. Chama atenção a participação das mulheres.

Gráfico 1: Tipo de grupo produtivo a partir do qual fornece ao PNAE

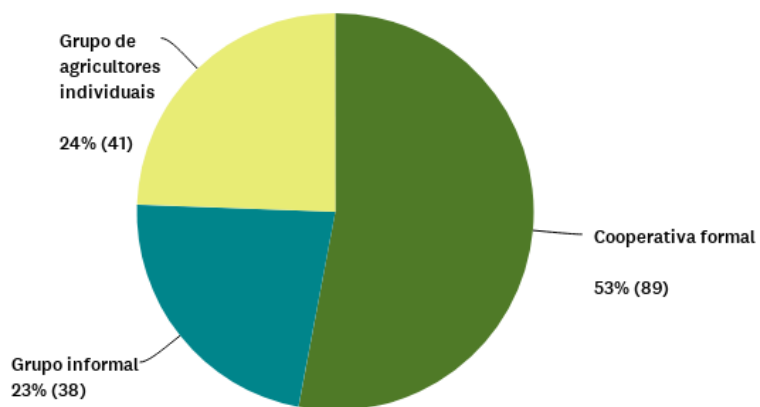


Gráfico 2: Porte do grupo produtivo

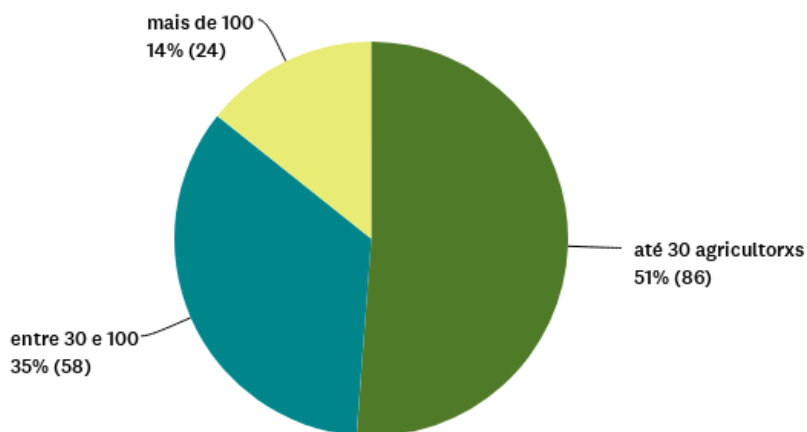
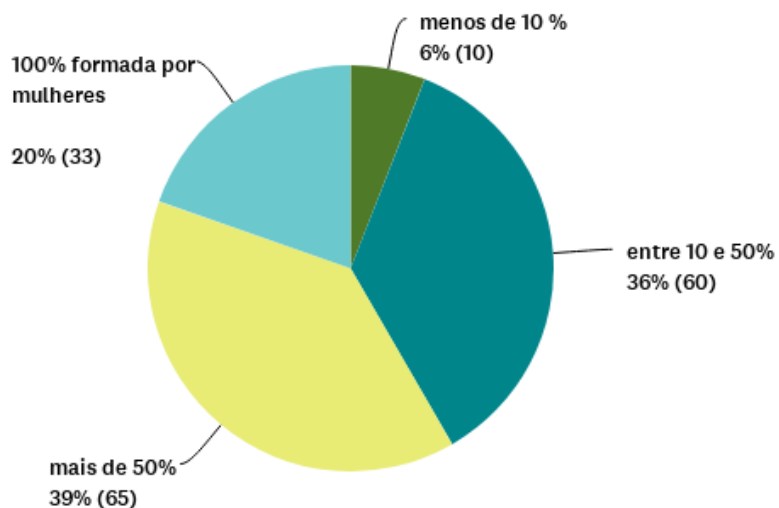


Gráfico3: Percentual de mulheres que fazem parte do grupo produtivo



A grande maioria dos grupos que responderam à pesquisa tem sede no estado Bahia, seguido de Pernambuco. Cabe informar que não houve amostragem, portanto, a distribuição estadual dos grupos produtivos se deu de acordo com o interesse em responder ao questionário por parte destes grupos.

Tabela 1: Estado aonde está localizado o grupo produtivo

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
BA	49%	83
PE	23%	39
MG	8%	14
PB	6%	10
AL	4%	6
CE	4%	6
PI	4%	6
RN	2%	3
MA	1%	1
TOTAL		168

Gráfico 4: Representação em conselho estadual ou municipal

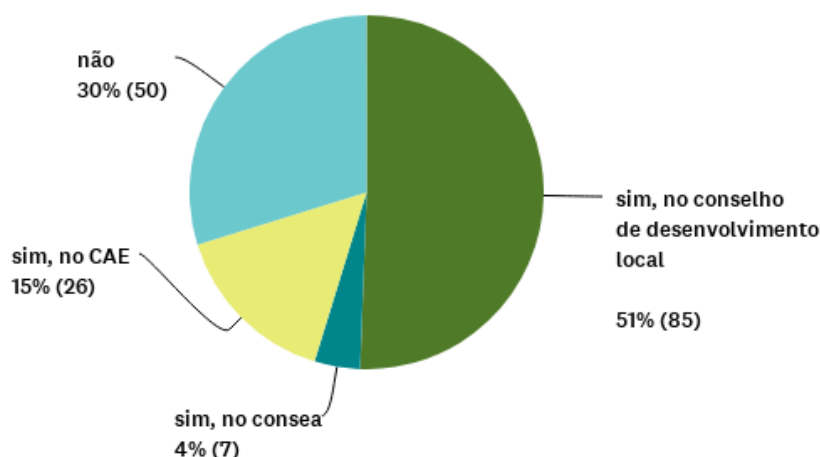


Gráfico 5: Tempo de fornecimento ao PNAE



Os principais alimentos fornecidos são aqueles que se caracterizam como alimentos saudáveis, o que demonstra a importância da compra direta da agricultura familiar como estratégia para a garantia da qualidade nutricional e culturalmente referenciada da alimentação que é ofertada nas escolas às crianças e adolescentes. São circuitos virtuosos de produção e consumo, que valorizam a produção e a cultura alimentar local.

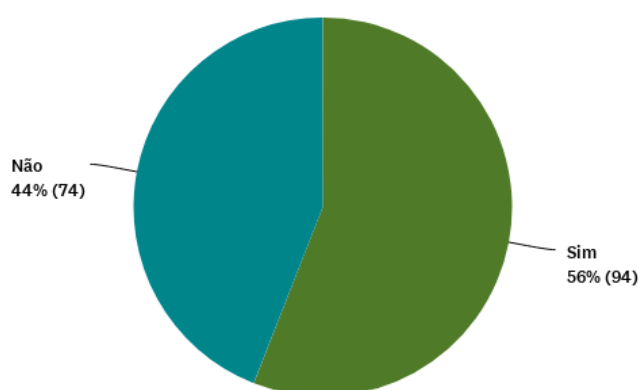
Tabela 2: Alimentos fornecidos ao PNAE

OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
frutas, verduras e legumes frescos	61%	103
frutas e legumes minimamente processados (polpas, geleias, compotas, sucos, pães....)	36%	61
farinhas (de mandioca, milho, trigo,.....)	27%	45
grãos e cereais (arroz, feijão, lentilha,....)	15%	26
carnes e ovos	20%	33
leite e derivados	7%	11
Outros, quais?	48%	81
Total de respondentes: 168		

MUDANÇAS NO FORNECIMENTO AO PNAE DURANTE A PANDEMIA

As compras de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, neste ano de pandemia (2020), estão sendo drasticamente reduzidas, apesar da autorização feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE/MEC), para que os recursos do programa fossem utilizados para a distribuição de cestas de alimentos aos escolares. Segundo relato de 74 grupos produtivos (44%) dos 168 grupos produtivos (cooperativas e grupos informais), que até 2019 vendiam alimentos saudáveis e diversificados ao PNAE, não o fizeram em 2020.

Gráfico 6: Forneceu alimentos para a alimentação escolar em 2020?



PERDA DE RENDIMENTOS

Em 2019, aproximadamente 4,5 mil produtores de alimentos, organizados em 168 grupos produtivos, tiveram um rendimento de aproximadamente R\$ 27 milhões. Até setembro deste ano, os mesmos coletivos venderam o equivalente a apenas R\$ 3,6 milhões o que, em grande medida, corresponde a vendas feitas antes das medidas de isolamento social.

O que os dados indicam é que os 30% de recursos da alimentação escolar, que devem ser obrigatoriamente usados nas compras da agricultura familiar pelos governos estaduais e prefeituras, não estão sendo devidamente utilizados, enquanto famílias passam fome e carecem de uma alimentação saudável. Nota-se a queda violenta de ingressos das famílias agricultoras de um ano para outro. Para além da perda na quantidade e qualidade da alimentação das crianças e adolescentes das escolas públicas, agricultores e agricultoras deixam de entregar seus produtos na escola, o que acarreta na perda da renda e no desperdício de alimentos, justamente em um momento em que cresce a pobreza e fome, aumentando a vulnerabilidade social nas regiões mais pobres do país, como é o caso do Semiárido.

Em grande parte (80%) dos municípios aonde estes grupos atuam as chamadas públicas aconteceram em 2020, porém as compras não chegaram a ser executadas, mesmo considerando que 123, do total de 168 grupos ouvidos tem contratos vigentes. 51% destes grupos que tem contrato vigente, dizem que os acordos e calendários de compra não estão sendo mantidos.

Gráfico 7: O município aonde o grupo atua realizou chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar em 2020?

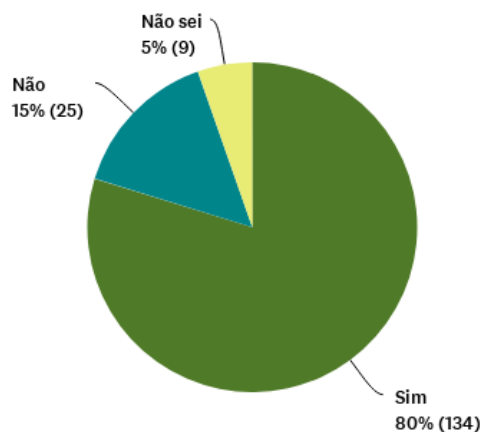


Gráfico 8: Tem contrato vigente para o fornecimento de alimentos para a alimentação escolar em 2020?

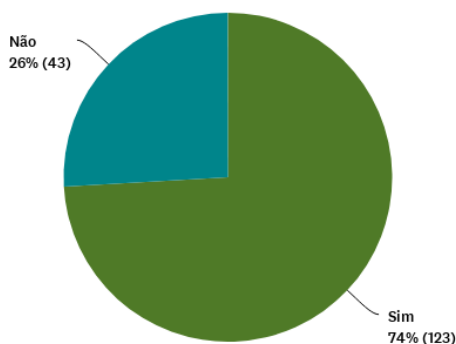
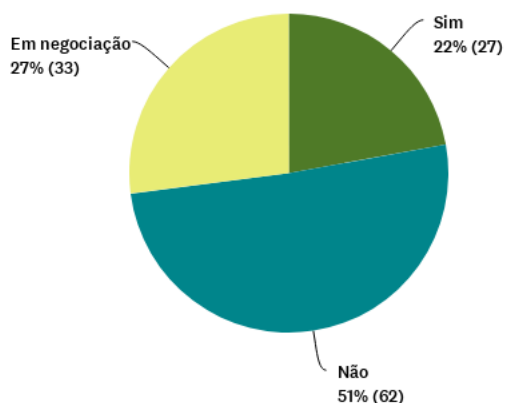
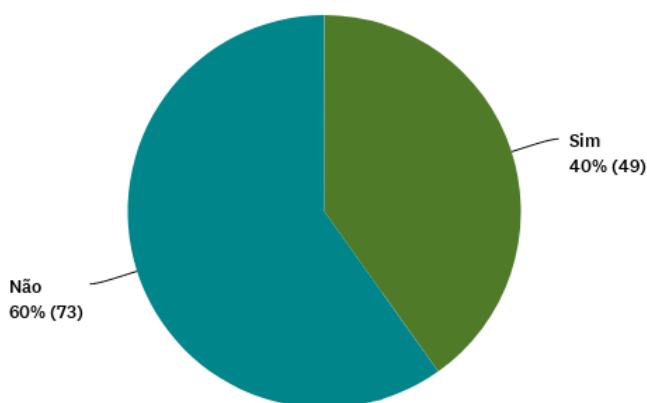


Gráfico 9: Estão sendo mantidos os acordos contratuais e calendário de compras?



Como vimos acima, grande parte dos grupos consultados (93%) mantém relações de mais de 1 ano com as prefeituras e governos estaduais para o fornecimento ao PNAE, além do que muitos (70%) participam de pelo menos um conselho aonde poderiam ter sido feitas mediações para a adequação do PNAE durante a pandemia. Porém o que se observa é que foram insuficientes os esforços de negociação por parte do poder público, uma vez que apenas 40% dos grupos produtivos que tinham contrato vigente, foram chamados para negociação.

Gráfico 10: Foram consultados pela prefeitura para participar de processos de negociações, para a adaptação das entregas no contexto da pandemia?



Como resultado da interrupção das compras houve desperdício de alimentos e comprometimento no planejamento da produção e colheita, justamente em um momento em que os agricultores já passavam dificuldades por conta do fechamento das feiras em várias localidades. Como forma de escoar a produção e de exercício de solidariedade muitos (45%) dos grupos ouvidos doaram alimentos, assim como fizeram muitas redes e movimentos sociais do campo, mediante a situação de calamidade e aumento da insegurança alimentar.

Gráfico 11: Houve desperdício de alimentos previstos para serem entregues ao PNAE?

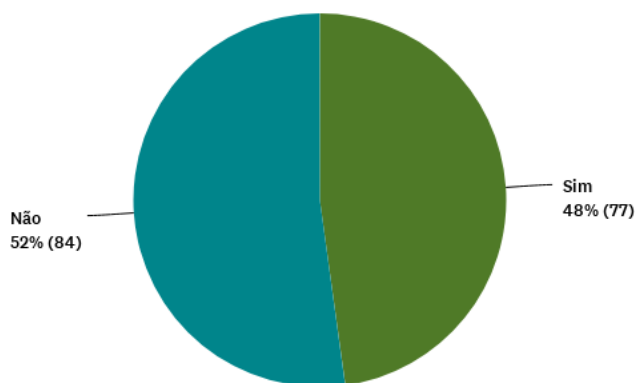


Gráfico 12: Tiveram seu planejamento de produção e colheita comprometidos por conta da interrupção das compras ou indefinições quanto às compras previstas do PNAE?

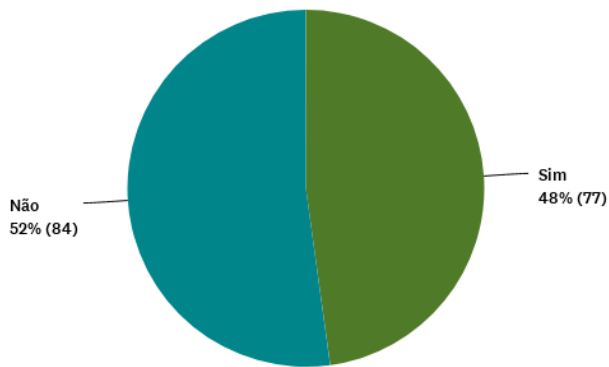


Gráfico 13: Durante a pandemia o que aconteceu com as feiras do município?

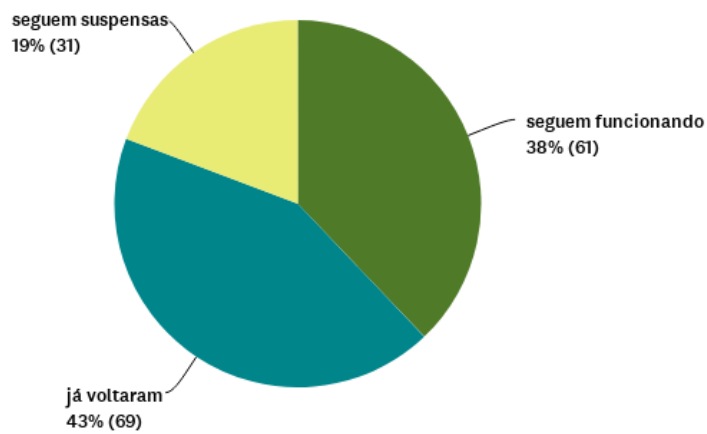


Gráfico 14: Engajaram-se em iniciativas de solidariedade (doação de alimentos) durante a pandemia?

